

A OFENSIVA DO AGRONEGÓCIO EM RONDÔNIA

Raimundo José dos Santos Filho¹

RESUMO: O presente artigo propõe uma reflexão sobre as transformações que estão ocorrendo no campo no estado de Rondônia, acompanhando uma tendência vigente em todo o país. O agronegócio avança e altera as relações do homem com a terra. A agricultura brasileira, por ações coordenadas ao mesmo tempo por interesses contraditórios, por um lado promove apoio ao trabalho no campo e por outro lado desconstrói esse apoio. Conforme fica demonstrado na discussão sobre a ocupação da terra em Rondônia nos anos 1960/1970, quando pequenos produtores vindos, em sua maioria das regiões Sul e Sudeste do país, enquanto pequenos lotes eram atribuídos a esses agricultores sem-terra, grandes propriedades eram destinadas a empreendedores dedicados à pecuária extensiva e à monocultura de cereais. Assim como pequenos produtores produziam café e outras cultivares destinadas à alimentação consumo e comércio local e regional, grandes extensões de terra eram destinadas à produção para o mercado de outras regiões do país e até internacional, inicialmente de café, seguido de milho, gado de corte e hoje a soja.

Palavras-Chave: Rondônia; Agronegócio; Pequenos agricultores

INTRODUÇÃO

O conceito de desenvolvimento, utilizado por economistas e políticos, geralmente se refere ao desenvolvimento econômico e financeiro, expresso em resultados que nada mais são que a obtenção de lucro por empresas e/ou grandes corporações empresariais. Dificilmente se contempla, nos estudos realizados pelos órgãos públicos e privados, o desenvolvimento social e humano. A expressão “desenvolvimento” quase sempre revela crescimento econômico.

¹ Professor do Instituto Federal de Rondônia – IFRO, Campus Calama – Porto Velho-RO, e Doutorando em Educação pela Faculdade de Ciências e Filosofia da Universidade Estadual Paulista – UNESP, do programa DINTER IFRO/UNESP.

Como o Brasil é um país de industrialização subsidiária, com a maioria das indústrias de ponta sendo multinacionais, com suas matrizes em países capitalistas desenvolvidos. Neste sentido, vale lembrar Luckesi (2003) que afirma:

[...] importamos tecnologia e ciência; importamos modelos educacionais de outros países; silenciemos nossos cientistas, alunos, professores e universidades. Impomos a repressão ideológica. Transformamos nossas universidades em servis cooptadoras do capital estrangeiro. Reprimimos o pensamento, a crítica e a criatividade. Possuímos muitos conhecimentos no Brasil [...] poucos, porém brasileiros. Os nossos pontos de referência são sempre os outros [...] sempre o que os outros pensam e as necessidades e urgência deles. (LUCKESI, 2003, p. 103-105).

Considerando o interesse do capital internacional na grande capacidade brasileira de produzir commodities, existe todo um incentivo para manter o país na condição de exportador desse tipo de produção. Todo processo de desenvolvimento de tecnologias nacionais são desestimulados de forma sutil, inclusive pela cultura introjetada na mentalidade do empresariado do país. E essa cultura subserviente é revelada pelas expressões eufemísticas cunhadas por estudiosos brasileiros e estrangeiros e adotada, ingenuamente, por muitos empreendedores brasileiros, que a consideram como um achado de grande importância para a sociedade nacional. Um dos maiores exemplos dessa concepção pode ser encontrado em Oliveira Junior (2013):

A expressão "*Brasil, celeiro do mundo*", foi cunhada no Estado Novo, regime político do período de 1937 a 1945 que teve como presidente Getúlio Vargas. Há vários anos vêm circulando notícias de que reafirmam essa expressão. O jornal britânico *Financial Times*, em 05/11/2009, trouxe em sua edição um caderno especial dedicado a oportunidades de investimento no Brasil em que chama o país de "Superpotência agrícola pronta para alimentar o mundo" (BBC-Brasil, 2009). O jornal brasileiro *Correio Braziliense*, em 28/02/2011, afirmou que "*A imagem idealizada do Brasil como celeiro do mundo está ficando cada vez mais real para exportadores, investidores e pesquisadores do setor agrícola.*" (OLIVEIRA JUNIOR, 2013, P. 18)

Com esse tipo de concepção "desenvolvimentista", o estado de Rondônia teve sua ocupação e desenvolvimento assentada no agronegócio, ficando a produção de alimentos, oriunda das pequenas propriedades, relegada à simples sobrevivência. Da mesma forma, a questão da terra enfrentou na sua origem, e vem enfrentando até os dias atuais, conflitos de níveis diversos. Não raro a violência se torna o meio de aquisição de propriedades inicialmente

pequenas e a sua manutenção por meio da força tanto pública como particular (MESQUITA, 2002).

O presente estudo teve origem nas atividades desenvolvidas em pesquisa de campo para elaboração de tese de Doutorado em Educação, pela Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho. Ao verificar as questões relacionadas com a Educação do Campo, tanto em áreas rurais originais da ocupação da região do Vale do Jamari em Rondônia como nos Assentamentos da Reforma Agrária, ficou demonstrada a influência do agronegócio na região. Assim como a precariedade da educação nas escolas do campo locais, também surgiram aspectos relacionados à questão da terra, as lutas por sua aquisição e o avanço da produção destinada à exportação em detrimento da produção de pequenos agricultores.

ORIGEM DO CULTIVO DA SOJA NO BRASIL

A soja é uma oleaginosa originária da Ásia, aonde vem sendo cultivada há mais de 5 mil anos. No Brasil foi introduzida no final do século XIX, na Bahia. No início do século XX (1914), começou a ser cultivada no Rio Grande do Sul (DALL'AGNOL, 2016). Com a criação da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária - EMBRAPA, homologada em 7 de dezembro de 1972 (Lei 5.851/72), foram estabelecidos centros de pesquisas para produtos agropecuários, dentre eles a soja, centros de pesquisas temáticos e centro de pesquisas ecorregionais. Segundo Dall'Agnol (2016),

A Embrapa Soja foi criada em 16 de abril de 1975 (Deliberação 020/75) e estabeleceu-se provisoriamente nas dependências da Empresa Paranaense de Classificação de Produtos (Claspar), órgão do governo do Estado do Paraná e, no mesmo ano, realocada junto ao Iapar. Em 1989, a Embrapa Soja se transferiu para sede própria, uma fazenda experimental localizada no Distrito de Warta, Londrina, PR. (DALL'AGNOL, 2016, p. 16)

Ainda segundo Dall'Agnol,

O primeiro registro de pesquisa de soja no País é atribuído ao professor Gustavo D'Utra, em 1882, no Recôncavo Baiano. A iniciativa não teve êxito, porque o material genético testado não era adaptado à região. Nessa época, a produção comercial de soja no mundo estava restrita à região leste da Ásia,

em latitudes próximas a 40°N, onde o clima é temperado, em contraste com o clima tropical e a baixa latitude (12°S) da Bahia.

A soja somente teve êxito no Brasil a partir dos anos 40, quando foi semeada no Estado do Rio Grande do Sul (RS), localizado entre as latitudes de 27°S e 34°S. (DALL'AGNOL, 2016, p. 20)

O setor alcançou números muito expressivos, conforme demonstra o quadro representativo da soja no mundo, no qual o Brasil cresce paulatinamente, o que pode ser comparado nos quadros abaixo:

Evolução de Área Plantada, Produção e Produtividade de Soja no Brasil 82/83 a 13/14

Safra	Área Plantada (mil há)	Produção (mil ton)	Produtividade (kg/há)
1982/83	8.412	14.533	1.728
1992/93	10.717	23.042	2.150
2002/03	18.481	52.031	2.815
2012/13	27.736	81.499	2.938
2014/15	30.105	86.052	2.858

Fonte: Associação Brasileira do Agronegócio – ABAG.

Consumo Mundial de Soja: Principais Países e Totais por Safra

Consumo Mundial (milhões de toneladas)

Países	Safra 13/14	Safra 14/15
China	80,3	86,2
EUA	49,8	52
Argentina	39	42,3
Brasil	39,3	40,8
Demais	50,5	53
Mundo	273	288

Fonte: USDA² fev/15

Hoje o Brasil é o segundo maior produtor de soja, ficando atrás apenas dos Estados Unidos. Segundo Vicente Godinho, engenheiro agrônomo da Embrapa Rondônia, na safra 2015/2016, a cultura ocupou uma área de 33,903 milhões de hectares, o que totalizou uma produção de 95,631 milhões de toneladas³.

² **USDA Rural Development**, órgão do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos. In: DALL'AGOLL, Amélio. A Embrapa Soja no contexto do desenvolvimento da Soja no Brasil. 2016. **Disponível em:** <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1043614/1/LivroEmbrapaSojadesenvolvimentoBROL.pdf> Acesso em 05.04.2020.

³ Sócios & Negócios SICOOB-NORTE. **O AVANÇO DA SOJA. 2017** - Disponível em: <https://sociosenegocios.com.br/1796-soja/> Acesso em 03.09.2019

ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO EM RONDÔNIA

A indústria de alimentos no Brasil passou por muitas crises, a maioria causada por inflação, baixa produtividade e baixo poder de consumo da população. No entanto, mesmo com inflação elevada e grande instabilidade macroeconômica, essa indústria aumentou sua oferta de forma mais ou menos contínua nos anos 1980/1990 (FONSECA e MORAIS, 1999). Para esses autores,

“... a participação percentual do valor da produção da indústria de alimentos no Produto Interno Bruto (PIB) industrial mantém-se praticamente a mesma e em relação ao PIB global, no entanto, verifica-se uma redução de 10,8% para 9,1%. Isso se deve à elevação mais do que proporcional do setor de serviços no conjunto de bens e serviços ofertados no País. (FONSECA e MORAIS, 1999, p. 2)

Uma das indústrias que mais se desenvolveram no país durante as décadas de 1980/1990 foi a indústria de laticínio, de acordo com a Associação Brasileira das Indústrias de Alimento – ABIA (FONSECA e MORAIS, 1999).

Surgimento e crescimento da pecuária em Rondônia

Desde o início da ocupação de suas terras por produtores rurais, a criação de gado tem sido uma importante atividade econômica em Rondônia. Esta atividade começou a crescer em larga escala depois da transformação do Território Federal em estado, pela Lei Complementar Nº 41, de 22 de dezembro de 1981, tornando-se estado de fato em 4 de janeiro de 1982, com a posse do seu primeiro governo, o Coronel Jorge Teixeira de Oliveira.

Conforme Taborda (2015)

Rondônia tem uma média de produção acima de 2,2 milhões de litros de leite por dia, sendo considerado o maior produtor de leite da região norte. Em 2011 e 2012 encontrava-se na nona posição dos produtores nacionais de leite e em 2013, tornou-se a oitava maior bacia leiteira do País, enquanto que o estado de Pernambuco saiu da oitava para décima posição, ficando atrás do estado do Mato Grosso. (TABORDA, 2015, p. 21)

Porém, a pecuária leiteira não é o aspecto mais forte da economia rondoniense. O agronegócio da carne bovina no estado é um setor com números expressivos e um dos maiores devoradores de terra, desde que a pecuária extensiva necessita de mais e mais espaço para ampliação das pastagens. Segundo a Entidade Autárquica de Assistência Técnica e Extensão Rural de Rondônia – EMATER,

Rondônia é o oitavo **maior produtor de carne bovina do país** representando 47% das vendas totais e o 5º maior exportador de carne no Brasil. Juntamente com a soja, o gado de corte representa 90% de tudo o que é exportado pelo Estado. Rondônia tem como grandes parceiros comerciais países como Venezuela, Rússia, **Hong Kong**, Irã, Palestina e **Israel**, e espera em breve poder embarcar carne bovina in natura aos Estados Unidos. (Getec/Ditep/Emater-RO, 2016)

Esse fato leva à compreensão do modo como Rondônia foi ocupada a partir do momento em que os governos da ditadura iniciada em 1964 decidiram inseri-la na política ocupacional e produtiva do país. Nos anos 1970 teve início a chamada colonização do Território Federal de Rondônia, como o lema “integrar para não entregar”. (MOSER, 2006). Na década de 1980, para alavancar a produção no Território, incentivos foram dados aos novos produtores. Assim,

“O Centro de Estudos e de Pastoral do Migrante (CEPAMI)88, nas conclusões de um simpósio, avalia a década de 1980.”
“Nesse período o governo do Estado distribuiu máquinas de beneficiamento de arroz e trilhadeiras para as associações de produtores rurais. Criou também um Programa de Apoio à Reforma Agrária (PROCERA), com o objetivo de financiar a infraestrutura para a pecuária e cafeicultura. Esta foi a década em que a pecuária começou a ter sua maior expansão e que se tornou o alvo tanto para o estado como para as empresas agropecuárias, bem como pequenos produtores que se investiram e iniciaram timidamente a pecuária com algumas cabeças de gado.” (MOSER, 2006, p. 84)

Desde então, assim como a ocupação por pequenos produtores oriundos principalmente do Sul e do Sudeste do Brasil, muitos grandes investidores passaram a adquirir terras no Território com o propósito de introduzir a pecuária de corte. Essa atividade, para se desenvolver, contou com uma ação extrativa que está na raiz da devastação da floresta: a exploração de madeira.

A atividade dos pequenos proprietários foi, inicialmente, voltada para a produção de alimentos, mas pouco a pouco as atividades extrativas primárias novas juntaram-se às tradicionais, como o caso da coleta de látex. Assim, a extração de madeira expandiu-se na esteira da formação de pastos para a produção de gado de corte.

Na produção da agricultura até o ano de 1982, os projetos de colonização produziram um volume de 1.964.904 toneladas de culturas temporárias e 48.547 toneladas de culturas permanentes, sendo que o PIC Ouro Preto atingiu o montante de 539.997 toneladas de culturas temporárias e 107.604 toneladas de culturas permanentes, equivalentes a 27,49% e 23,35% do total da produção.

O mesmo relatório cita a produção de outras culturas como o arroz, milho, banana e mandioca nos projetos de colonização que também eram abundantes, bem como o extrativismo da seringa, do caucho e cernambi e castanha foi de 2.108.429kg e de madeira 1.146.517m³.

O otimismo dos órgãos governamentais em relação a produção era claro. Tanto que no relatório, entre um dado e outro, o relator conclui com as seguintes palavras: “Acredita-se que, a curto prazo, Rondônia se tornará uma das primeiras fontes geradoras de produtos primários do País” (MOSER, 2006, p. 85)

Desde o início dos anos 1980, já se percebia o estímulo governamental à pecuária extensiva em Rondônia. Assim demonstra a Secretaria de Desenvolvimento Territorial:

O deslocamento e fixação da pecuária na parte Sul do Estado se processou a partir de 1980, tendo como um dos principais pontos de partida os sistemas de criação em estabelecimentos de médio porte localizados originalmente em áreas do município de Pimenta Bueno, incluindo partes da Gleba Corumbiara e de Espigão do Oeste. Esta região é considerada como o embrião dos empreendimentos pecuários de médio porte no Estado, uma vez que os lotes licitados pelo INCRA foram fixados em 2.000 hectares, que configurava então o tamanho ideal de lote por unidade familiar para o desenvolvimento da bovinocultura. (RONDÔNIA - Secretaria de Desenvolvimento Territorial, 2006, p. 30)

Atualmente, o que mais se pratica no campo em Rondônia, pelos proprietários das grandes fazendas ocupadas com a produção destinada ao agronegócio, é o consórcio entre a safra de soja e a formação de pastagem, levando concomitantemente a uma dupla atividade altamente lucrativa e de baixo emprego de mão de obra – cultivo da soja e criação de gado de corte. Matéria veiculada pelo site do jornal o Globo – G1 Ariquemes, em 29 de agosto de 2016, aponta para a lucratividade dessa prática. Segundo a referida matéria,



“O fazendeiro [...] assumiu a propriedade há três anos e passou a trabalhar com o gado no espaço que até então, era dominado pela agricultura. No último ano [...] integrou outras três atividades na fazenda: as safras de soja, do milho e consorciada com a braquiária. O rebanho de mil cabeças divide o mesmo espaço das lavouras em cerca de mil hectares.

“A idéia é aumentar a rentabilidade da fazenda, com mais produção de carne e menos tempo do rebanho no pasto. Com esse sistema, pretendo mostrar para os outros produtores da região o quanto produzimos este ano com a cultura da soja e do milho, e quanto poderemos produzir nos próximos cinco anos” (G1 Ariquemes, 29.08.2016)⁴

Esse é o quadro que vem se desenhando no campo em Rondônia desde os anos 1990 e que, gradativamente, vai transformando a região em mais um polo do agronegócio internacional, integrando o estado entre os produtores de commodities. O campo vai aos poucos se tornando um vazio humano para se tornar o entorno gerador de grande produtividade e de altos lucros – por meio de avançadas tecnologias geralmente de origem estrangeira com é o caso de New Holland, John Deere e outros gigantes do maquinário destinado à agropecuária – para os donos do capital (GUIMARÃES, 1982).

3.2 A invasão da soja em Rondônia

Nos anos 1990, a soja começou a ser cultivada em Rondônia, depois do seu avanço nos estados do Maranhão, do Tocantins, do Piauí e da Bahia, região conhecida pela designação de MATOPIBA. O município rondoniense pioneiro no cultivo da soja foi Vilhena, cidade localizada no extremo sul do estado, fazendo divisa com o estado do Mato Grosso. O fenômeno se deu em virtude da globalização do capital, que levou à aproximação entre a agricultura e a indústria, concentrando todos os momentos da produção e da circulação da mercadoria, alterando as dinâmicas sociais e territoriais agrárias e urbanas, pelo fato de promover a valorização e a incorporação de terras à produção do agronegócio. Para Silva (2014),

“esse pacto assenta-se na modernização conservadora da elite agrária brasileira e latino-americana, associada política e economicamente aos capitais das

⁴ G1 ARIQUEMES. Disponível em: <http://g1.globo.com/ro/ariquemes-e-vale-do-jamari/noticia/2016/08/fazenda-inicia-processo-de-integracao-lavoura-e-pecuaria-em-rio-crespo-ro.html> Acesso em 25.01.2019.



esferas urbanas (indústria, comércio e serviços, bancário e financeiro) com forte apoio do Estado, apresentando o agronegócio como o *carro chefe* do desenvolvimento econômico e da modernidade nos processos de globalização que avançam também nas áreas rurais menos dinamizadas da América Latina, a exemplo da Amazônia. O corolário geográfico é que a terra passou a ser um ativo globalizado para o capital nacional e internacional, cuja atuação territorial produz a expropriação do campesinato e suas formas coletivas de produção agrícola, amplia a degradação social e ambiental, e qualifica os conflitos agrários na escala global quando atinge os interesses das empresas multinacionais”. (SILVA, 2014, p. 299)

Basta frisar que toda a soja produzida em Rondônia tem sua comercialização, transporte, financiamento da produção e fornecimento de insumos, monopolizados por dois grandes grupos: o Grupo AMAGGI - trading brasileira sediada na cidade de Cuiabá-MT e uma das empresas líderes do Agronegócio na América Latina e com atuação em vários países como Holanda, Argentina, Paraguai, Suíça, Noruega e China.⁵ E o GRUPO CARGILL – sediado em Minnesota – EUA, considerado o maior grupo do mundo de capital fechado.

Na questão da terra, Rondônia é um estado emblemático, pois junto à invasão do campo pela soja, no início da década de 1990, muitos pequenos agricultores, posseiros e sem-terra buscando espaço para a produção de sua existência, foram vitimadas em um conflito de impacto internacional, conhecido como o massacre de Corumbiara (MESQUITA, 2002)⁶. O evento demonstrou a truculência do capital pela manutenção do domínio sobre a terra. Sobre o fenômeno, Silva (2014) afirma que

Esses mecanismos de *monopolização do território* pelo capital (Oliveira, 1991) ocorrem pela valorização do hectare de terras agriculturáveis que são potencializados pelo agronegócio, donde o campesinato é forçosamente inclinado a arrendar suas terras pelo valor monetário que os agentes do agronegócio (os produtores capitalizados) se propõem a pagar, o que em muitos casos é superior à renda que a família produz. Em outros casos, as terras são vendidas, e a trajetória das famílias camponesas se destina à ocupação de novas áreas de menor valor econômico, expandindo a fronteira agropecuária como atualmente se registra no norte e noroeste rondoniense, capitalizando essas famílias e reproduzindo socialmente o campesinato. Trata-se da produção do território do agronegócio, concomitante à redução do território do campesinato, e o caminho da população do campo é a cidade ou as demais áreas rurais de Rondônia onde afloram os conflitos agrários (SILVA, 2014, p. 308)

⁵ <https://www.amaggi.com.br/sobre-a-empresa/nossa-atuacao/> Acesso em 07.04.2020.

⁶ Ação da Polícia Militar do estado de Rondônia que atacou posseiros acampados na Fazenda Santa Elina, quando onze pessoas, dentre elas uma criança do sexo feminino, de 6 anos de idade, foram mortos no município de Corumbiara, em 9 de agosto de 1995. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn119-41.htm>.

Neste aspecto, convém lembrar que na Europa em transição da Idade Média para a era Moderna, extinto o feudalismo e o ocorrendo os primeiros passos do capitalismo no século XVI, inicialmente a concentração da terra foi o marco fundamental. Cabe buscar a descrição do fenômeno em Marx, que o examina com bastante acurácia no texto **A Assim Chamada Acumulação Primitiva**, nos diz:

O que faz época na história da acumulação primitiva são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação; sobretudo, porém, todos os momentos em que grandes massas humanas são arrancadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários livres como os pássaros. **A expropriação da base fundiária do produtor rural, do camponês, forma a base de todo o processo.** Sua história assume coloridos diferentes nos diferentes países e percorre as várias fases em sequência diversa e em diferentes épocas históricas. Apenas na Inglaterra, que, por isso, tomamos como exemplo, mostra-se em sua forma clássica. (MARX, 1996, p. 341-342) (Destaque nosso)

Quando examinamos os conflitos que ocorreram de forma impactante e os que ocorrem de maneira nem sempre visível ou divulgado pela imprensa burguesa que domina os meios de comunicação no país, entendemos que Marx vislumbrou um problema dos séculos XVI até o XVIII, mas no Brasil ele persiste no século XXI. É que a fome insaciável por terra que sente o grande capital, vê no solo apenas a fonte de lucros. O agronegócio em geral e a soja em particular, são as alavancas mais poderosas hoje para o retorno financeiro, e a corrida pelas propriedades em Rondônia e na região Norte em geral, não encontra barreiras. Frederico Botelho, chefe de Transferência de Tecnologia da Embrapa Rondônia, afirma que:

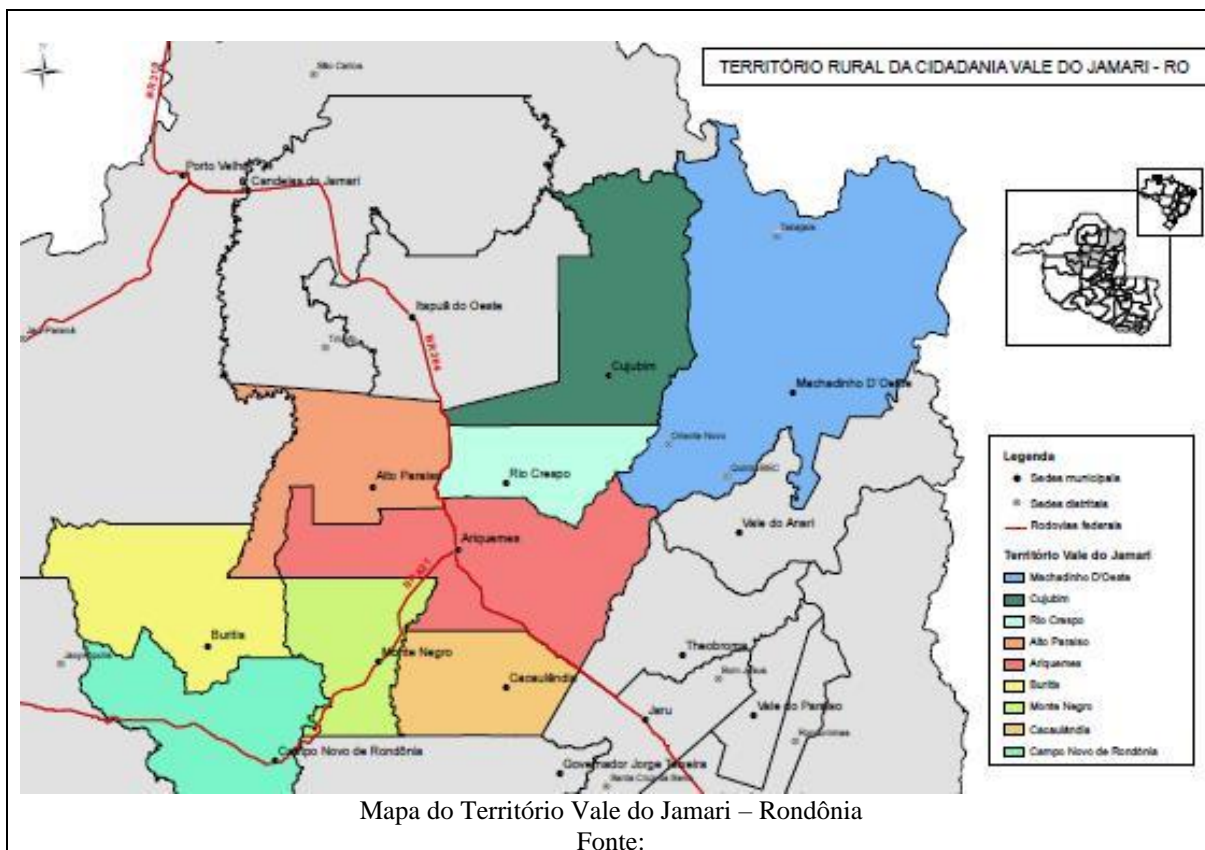
Com potencial para elevar seus índices de produtividade nos próximos anos, as regiões central e norte de Rondônia estão em expansão. “Anualmente há novas áreas onde está sendo introduzida a cultura da soja e isto faz com que a escolha de cultivares adaptadas e adequadas para cada situação seja uma etapa que impactará significativamente nos resultados finais e na lucratividade” (Sócios & Negócios SICOOB-NORTE, 2017, p. 3)

Depois da ofensiva no cone sul do estado de Rondônia, a voracidade dos sojicultores por mais terra vem avançando para outras regiões do estado. A partir dos anos 2000, novos espaços de cultivo foram abertos, seja pela ocupação de áreas de florestas, seja pela aquisição

de pequenas propriedades antes utilizadas para produção de subsistência e comercialização local. Nesta perspectiva, o Vale do Jamari tem despertado o interesse dos grandes sojicultores que, de forma bastante agressiva, vem expandindo seu domínio sobre todos os espaços passíveis de serem utilizados pela monocultura.

O Vale do Jamari

Região central do estado de Rondônia, o Vale do Jamari possui uma área total de 31.770 km² e abrange 9 cidades, sendo elas: Alto Paraíso, Ariquemes, Buritis, Cacaulândia, Campo Novo de Rondônia, Cujubim, Machadinho do Oeste, Montenegro e Rio Crespo. Em 19 de setembro de 1992 foi assinado contrato de empréstimo entre o Banco Mundial e o Governo Federal para a implantação do Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (Planaflo) originado a partir da identificação dos problemas advindos do intenso processo de migração pelo qual passou o estado de Rondônia. Por este projeto, em 29 de julho de 2003 durante a reunião extraordinária do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável de Rondônia (CEDRS), o Território Rural Vale do Jamari é reconhecido como um espaço físico e geograficamente definido, contínuo, compreendendo cidades e espaços rurais dos municípios. (RONDÔNIA - Secretaria de Desenvolvimento Territorial, 2006, p. 10)



A partir da divisão destinada à produção agrícola e pecuária de pequeno porte no Vale do Jamari, aos poucos a terra foi sendo utilizada para a grande produção de soja e milho, principalmente, da pecuária, principalmente de corte. Originalmente a região produzia, em pequenos lotes, milho, feijão, café, cacau e banana. A partir dos anos 2000, a produção se expande principalmente pela introdução da soja. Conforme a Secretaria de Desenvolvimento Territorial,

“... dados até agora obtidos do ano agrícola 2004/2005 apontam um aumento significativo da área plantada de soja e arroz, da ordem de 20,75% e 12,49% respectivamente, e pequenas variações de áreas da ordem de 3% no cultivo do milho e do feijão. A cultura do café apresenta crescimento negativo de área plantada na ordem de 2%, porém com dados de produção positivos de 1,78%. As culturas da mandioca e da banana apresentam crescimento de área e de produção da ordem de 6% e 3%, respectivamente. **“Apesar de a soja ser uma das principais culturas produzidas no Estado do Rondônia, o Território Vale do Jamary não tem tradição no cultivo desta cultura.** As culturas de café e cacau são as mais cultivadas no Território.” (ESTADO DE RONDÔNIA - Secretaria de Desenvolvimento Territorial, 2006, p. 30) (Destaque nosso)

Pelo texto acima, fica patente que originalmente a soja não fazia parte da atividade agrícola da região, pelo fato de ser a mesma destinada ao cultivo de produtos destinados à alimentação e comércio local e regional. Quando da expansão da soja a região passou a ser ocupada pelos grandes produtores dessa cultivar, alterando inclusive as dimensões das propriedades.

A invasão do agronegócio na região central do estado atinge não apenas a produção de alimentos das pequenas propriedades, mas também aumenta a precarização da Educação do Campo. Aqui se pode citar o caso da Escola Polo Paulina Mafini, no município de Ariquemes, criada em 1999 e que, hoje, vem enfrentando um sério problema de continuidade. A escola atende filhos de pequenos produtores do entorno e, principalmente, dos chacareiros instalados na vizinhança imediata da mesma.



Pátio da Escola Paulina Mafini - Foto do autor

Os proprietários das chácaras foram indiretamente forçados a vendê-las pelo fato de não poderem mais cultivar suas terras por conta dos agrotóxicos que as invadia. O fato é indicativo da ofensiva do agronegócio na região: como a soja é protegida de pragas pelo uso intensivo de agrotóxicos. Como esses produtos são pulverizados sobre a lavoura, os ventos os levam a todas as direções, alcançando os produtores vizinhos. A maioria das chácaras tiveram problema com sua produção – frutas, hortaliças, cereais e pequenas criações – que foram contaminadas, tornando-se impróprias para o consumo.



Como os sojicultores detêm grandes recursos financeiros, imediatamente se propuseram a comprar essas pequenas propriedades, oferecendo valores muito acima daquele que se praticava na região. Segundo um dos funcionários da escola, o alqueire de terra que era vendido na região por 10 a 12 mil reais, recebia oferta do sojicultor da ordem de 15 a 20 mil reais. Nessas condições, segundo o funcionário, não há como recusar a venda, inclusive pelo fato de não ser mais possível viver no local nas condições anteriores, antes da contaminação do veneno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consoante o exposto no estudo acima, fica demonstrado que assim como vem acontecendo nas demais regiões do Brasil, Rondônia está se transformando em um pólo produtor de commodities agrícolas destinada ao mercado internacional. Esse fenômeno vai aos poucos desmontando a linha original de desenvolvimento do estado, cuja antropização se deu originalmente com fundamento na pequena propriedade, destinada à produção de alimentos. A industrialização do estado, amparada no extrativismo, inicialmente baseou-se na produção de minerais não metálicos (1,2%), derivados de madeira (108%), alimentos (17,6%), sendo que atualmente, com a indústria de materiais de construção (19,2%), e a indústria de serviços industriais de utilidade pública (54,4%) representa 94,2 do desempenho industrial do estado.

No entanto, com o avanço do agronegócio, principalmente da soja, mas também do milho, juntamente com pecuária de corte, a tendência é que o estado estacione na variedade de produção industrial. Somente a geração de emprego e renda advinda do complexo produtivo representado pela agricultura que garanta a segurança alimentar da população, a indústria transformadora que atue no setor primário e secundário, e o comércio distribuidor da produção aos consumidores, pode levar ao desenvolvimento social a partir do crescimento econômico. Somente pela organização das forças produtivas do campo, lotadas nas pequenas propriedades onde realizam a produção de sua existência e a sua educação, articulada com os movimentos sociais que ocorrem em diversas regiões do país, poderão romper com essa ofensiva que se desenha em todo o país.

REFERÊNCIAS

Associação Brasileira do Agronegócio. O futuro da Soja Nacional. Disponível em: <http://www.abag.com.br/media/images/0-futuro-da-soja-nacional---ieag---abag.pdf> Acesso em 05.04.2020.

BRASIL. LEI N 5.851, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1972. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>

CONTINI, et al. **COMPLEXO SOJA – Caracterização e Desafios Tecnológicos**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/documents/10180/0/COMPLEXO+SOJA++Caracteriza%C3%A7%C3%A3o+e+Desafios+Tecnol%C3%B3gicos/709e1453-e409-4ef7-374c-4743ab3bdc6> Acesso em 05.04.2020. Acesso em: 05.04.2020

DALL'AGOLL, Amélio. A Embrapa Soja no contexto do desenvolvimento da Soja no Brasil. **2016. Disponível em:** <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1043614/1/LivroEmbrapaSoja desenvolvimentoBROL.pdf> Acesso em 05.04.2020.

EMATER. **Origem do serviço de extensão rural em Rondônia**. Disponível em: <http://www.emater.ro.gov.br/ematerro/hitoria/>. Acesso em 17 abr. 2017.

FONSECA, Maria da Graça Derengowski; MORAES, Eduardo Martins. **INDÚSTRIA DE LEITE E DERIVADOS NO BRASIL: uma década de transformações**. Informações Econômicas, SP, v.29, n.9, set. 1999. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/ftpiea/ie/1999/TEC1-set99.pdf>> Acesso em 05.04.2020.

G1 ARIQUEMES. Disponível em: <http://g1.globo.com/ro/ariques-e-vale-do-jamari/noticia/2016/08/fazenda-inicia-processo-de-integracao-lavoura-e-pecuaria-em-rio-crespo-ro.html> Acesso em 25.01.2019.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **A crise Agrária**. São Paulo. Editora Paz e Terra, 1982.

LUCKESI, Cipriano Carlos et. al. **Fazer Universidade: Uma proposta metodológica**. São Paulo: Cortez, 2003.

MANDARINO, José Marcos Gontijo. 2017. **Origem e história da soja no Brasil – EMBRAPA**. 2017. Disponível em: <https://blogs.canalrural.com.br/embrapasoja/2017/04/05/origem-e-historia-da-soja-no-brasil/> Acesso em 05.04.2020.

MARX, K. **O Capital – Tomo 2**. São Paulo. Coleção Os Economistas. Editora Nova Cultural, 1996.

MESQUITA, Helena Angélica. **CORUMBIARA: O MASSACRE DOS CAMPONESES. RONDÔNIA/BRASIL 1995. 2002**. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn119-41.htm> Acesso em 29.01.2020.

MOSER, Lílian. **FORMAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL E O IDEÁRIO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO MUNDO RURAL RONDONIENSE: A ORGANIZAÇÃO DOS SISTEMAS ALTERNATIVOS DE PRODUÇÃO DOS PRODUTORES DE OURO PRETO D'OESTE – RO.** 2006 – Tese. Disponível em: http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/11358/1/Tese_FormacaoCapitalSocial.pdf Acesso em 11.12.2019.

OLIVEIRA, José Lopes. **Rondônia – Geopolítica e Estrutura Fundiária.** Porto Velho. Grafel Gráfica e Editora, 2010.

OLIVEIRA JUNIOR, A. P. **A cadeia produtiva da soja.** http://www.ri.unir.br/jspui/bitstream/123456789/506/1/Adelmo%20P.%20O.%20J%C3%BAnior_A%20cadeia%20produtiva%20da%20soja.pdf Acesso em: 04.12.2018.

PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente e KAHIL, Samira Peduti. **A lógica corporativa do uso do território em Rondônia: o agronegócio da soja na região de Vilhena.** Artigo. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/viewFile/11991/8253> Acesso em 21.04.2018

RONDÔNIA – Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL VALE DO JAMARI.** 2006. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_territorio098.pdf Acesso em 07.04.2020.

SILVA, R. G. C. **A regionalização do agronegócio da soja em Rondônia.** 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/286244849_A_regionalizacao_do_agronegocio_da_soja_em_Rondonia/fulltext/5667095c08ae8905db8b8a8b/A-regionalizacao-do-agronegocio-da-soja-em-Rondonia.pdf Acesso em 25.03.2018

Sócios & Negócios SICOOB-NORTE. **O AVANÇO DA SOJA.** 2017 - Disponível em: <https://sociosenegocios.com.br/1796-soja/> Acesso em 03.09.2019.

SOARES, D. Z.; XIMENES, C. C. e LOCATELLI, M. **TRANSFORMAÇÃO E CONSTRUÇÃO TERRITORIAL DO ESTADO DE RONDÔNIA A PARTIR DE 1970: ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES.** Disponível em: <https://even3.blob.core.windows.net/anais/80955.pdf> Acesso em 15.02.2020

TABORDA, J. M. M. **DESENVOLVIMENTO DA PECUÁRIA BOVINANO ESTADO DE RONDÔNIA: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E INDICADORES ZOOTÉCNICOS.** Disponível em: <http://www.ri.unir.br/jspui/bitstream/123456789/2237/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O%20JAMILE%20M.%20M.%20TABORDA.pdf> Acesso em 07.04.2015.



III Congresso Internacional
V Congresso Nacional

25 a 28
Agosto 2021

